COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 7.605, DE 2017

Institui o Estatuto da Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas e dá outras providências.

Autor: Deputado EDUARDO DA FONTE

Relator: Deputado DELEGADO ÉDER MAURO

I - RELATÓRIO

Pelo Projeto de Lei nº 7.605, de 2017, o nobre Deputado EDUARDO DA FONTE, visa, nos termos da sua ementa, a instituir o Estatuto da Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas e dar outras providências.

Em sua longa e minudente justificção, o Autor informa que “o objetivo do Estatuto de Prevenção às drogas é estabelecer princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas de governos municipais, estaduais e federal, voltadas para a Prevenção ao uso e abuso de Drogas”.

Em favor da sua argumentação, traz dados da Organização Mundial de Saúde dizendo que “10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem abusivamente substâncias psicoativas, independente de idade, sexo, níveis de instrução e socioeconômico, e apresentam algum tipo de problema relacionado a esse uso”, sendo que, desses usuários, 12,3% se tornam dependentes.

Em seguida, aborda os efeitos deletérios no que diz respeito aos indivíduos, sob os aspectos físico, psíquico e social, e sobre a sociedade, considerando os reflexos quanto à violência e criminalidade social.

Ainda aponta que a elaboração da proposição foi norteadada pelos princípios do respeito aos Direitos Humanos Universais inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição; da Estratégia de Redução de Vulnerabilidade; e do uso de estudos científicos testificados por Organizações de referência como: Os Princípios Norteadores do Escritório do Crime e Drogas das Nações Unidas (UNODC), os 16 princípios do *National Institute On Drugs Abuse* (NIDA) e as Boas Práticas para Prevenção do *European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction* – Centro Europeu de Monitoramento para Drogas e Dependência de Drogas (EMCDDA).

Apresentada em 10 de maio de 2017, a proposição, em dezenove do mesmo mês, por despacho da Mesa Diretora, foi distribuída à apreciação da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (mérito), da Comissão de Seguridade Social e Família (mérito), da Comissão de Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD), em regime de tramitação ordinária, sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Na forma do disposto no Regimento Interno desta Casa (artigo 32, XVI, **a** e **b**), cabe a esta Comissão Permanente a análise, quanto ao mérito, de matérias atinentes à prevenção, fiscalização e combate ao uso de drogas e ao tráfico ilícito de entorpecentes ou atividades conexas e sobre o combate ao crime organizado.

A proposição se constitui de um texto bastante completo, como é de se esperar de um diploma legal a ser tomado como Estatuto, composto por 35 artigos distribuídos nos seguintes sete capítulos: Capítulo I – Diretrizes Gerais; Capítulo II – Da prevenção ao uso e abuso de drogas; Capítulo III – Da estratégia de redução de danos; Capítulo IV – Do papel do Controle Social; Capítulo V – Do Financiamento; Capítulo VI – Da Inovação, planejamento e pesquisa; e Capítulo VII – Da Inibição Publicitária.

Dos nomes de capítulos enunciados é francamente perceptível o grande alcance do Estatuto da Prevenção ao Uso e Abuso de Drogas, que deverá servir de estímulo aos gestores do País quanto à promoção de ações estratégicas baseadas em princípios norteadores, com resultados efetivos na diminuição do consumo de drogas e, por consequência, na melhoria da qualidade de vida em todos os seus aspectos, como entende o seu Autor.

Em face do exposto, este Relator se manifesta, no **MÉRITO**, pela **APROVAÇÃO** do PL 7.605/2017.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado Delegado Éder Mauro
Relator